

## O Luto da Pessoa Adulta por Morte e/ou Perdas: Reflexões da Psicologia

*The adult person's struggle by death and/or loss: reflections of  
psychology*

LUCINDA RIBEIRO COSTA

Assistente Social na Diretoria de Promoção Social da  
PMAM Manaus-AM, Brasil  
Psicóloga Especialista em  
Dependência Química e Mestre em Terapia Familiar

### Abstract

*The loss of a loved one, whether due to death or loss due to separation, affects the family structure. Mourning is a variable problem due to the dynamics and structure of the family, however, despite death and loss, are natural phenomena, the individual is not prepared to face them naturally. The general objective of this work was to analyze family restructuring in the process of mourning for death and/or loss, based on psychological reflections, with the following specific objectives: to address bereavement and its historical, conceptual and classification aspects; identify the experience of mourning in its stages; and demonstrate how people face grief over death and/or loss. About the methodology, the study is classified as a phenomenological qualitative research, based on a deductive method, with systematic and integrative revision, eminently bibliographical. As conclusion, it is emphasized that, after death or separation, there is a need to restructure the families that go through the mourning process. Without psychosocial intervention, the problems of the bereaved family can be much more lasting and harmful. In general, mourning takes time, being experienced according to the meanings attributed to them. By admitting death or separation, one can lessen pain and suffering, lessen sadness, and recognize a grandiose sense in life, seeking to live and die in a dignified manner, saluting the life and certainty of death,*

*thereby, a more comprehensive conception of the "being" and "being" of the human being.*

**Key words:** Mourning; Death; Loss; Adult person; Family.

### **Resumo**

*A perda de um ente querido, seja decorrente de morte ou perda por separação, afeta a estrutura familiar. O luto é uma problemática variável em decorrência da esfera da dinâmica e estrutura da família, no entanto, apesar da morte e das perdas, serem fenômenos naturais, o indivíduo não está preparado para enfrentá-los naturalmente. O objetivo geral desse trabalho foi analisar a reestruturação familiar no processo de luto por morte e/ou perda, a partir de reflexões da psicologia, com os seguintes objetivos específicos: abordar sobre o luto e seus aspectos históricos, conceituais e de classificação; identificar a vivência do luto em seus estágios; e demonstrar como as pessoas enfrentam o luto por morte e/ou perdas. Quanto à metodologia, o estudo classifica-se como uma pesquisa qualitativa fenomenológica, baseada em método dedutivo, com revisão sistemática e integrativa, eminentemente bibliográfica. Como conclusão destaca-se que, depois da morte ou perda por separação, existe a necessidade de reestruturação das famílias que passam pelo processo de luto. Sem a intervenção psicossocial, os problemas da família enlutada podem ser bem mais duradouros e prejudiciais. Em geral, o luto, leva tempo, sendo vivenciado de acordo com os significados que lhes são atribuídos. Ao admitir a morte ou separação, a pessoa pode diminuir a dor e o sofrimento, atenuando a tristeza, e reconhecendo um sentido grandioso na vida, buscando viver e morrer de forma digna, saudando a vida e a certeza da morte, tendo, dessa forma, uma concepção mais abrangente da razão de "ser" e de "estar" do ser humano.*

**Palavras-chave:** Luto; Morte; Perda; Pessoa adulta; Família.

### **INTRODUÇÃO**

O luto é o objeto de estudo desse artigo, cuja delimitação contempla uma abordagem reflexiva, do processo de luto na pessoa adulta por morte e ou perdas, sob a perspectiva da psicologia, através da

realização de uma revisão bibliográfica sistemática e integrativa. A situação problemática que deu origem a pesquisa está baseada em observações e motivações subjetivas, vivenciadas pela autora no desempenho de suas funções como assistente social, em uma corporação militar na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas, tanto na esfera do processo de luto por morte, e/ou perdas por separação, por exemplo. No cotidiano dos atendimentos, observou-se que, a perda de um ente querido, seja decorrente de morte ou de separação, afeta a estrutura familiar no âmbito econômico, social, emocional e psicológico.

O luto é uma problemática que varia pela esfera da dinâmica e estrutura familiar, no entanto, apesar da morte e das perdas, serem fenômenos naturais, o indivíduo não está preparado para enfrentá-los de modo natural, pois a morte e/ou perdas, não têm hora ou dia marcado para acontecerem, ao mesmo tempo em que, não escolhem hora, dia, classe social, nem idade. Face à situação problemática exposta, neste trabalho buscou-se responder ao problema delimitado ao seguinte questionamento: Quais as motivações para a reestruturação das famílias que passam pelo processo de luto por morte e/ou perdas? A hipótese que norteou a pesquisa parte da premissa de que, sem a intervenção de equipe psicossocial, os problemas da família enlutada podem ser bem mais duradouros e prejudiciais.

Ignorar que o luto e os problemas decorrentes dele não existem são consequências que acompanham a humanidade desde o início da sua história. Além disso, tem-se a expectativa de que esse estudo possa contribuir, na cidade de Manaus, despertando a consciência da necessidade de se estar permanentemente se aperfeiçoando, por meio de uma revisão crítica e aberta, elaborando e produzindo conhecimentos necessários para que se modifiquem as condições de acolhimento das pessoas enlutadas para melhorar a qualidade de vida de quem perde seu ente querido. Portanto, este trabalho assume a relevância necessária, tanto para os estudos científicos como para a sociedade como um todo, em decorrência do luto ser um fenômeno natural onde não há como prevenir ou evitar. Aliado a isso, algumas questões de relevo, aos quais se pretendeu com este trabalho, sob a perspectiva de uma revisão sistemática integrativa contemporânea e multiconceitual, demonstram a magnitude e a importância dessa problemática.

O objetivo geral desse trabalho foi analisar a reestruturação familiar no processo de luto por morte e/ou perda, a partir de reflexões da psicologia. Quanto à metodologia, o estudo classifica-se como uma pesquisa qualitativa fenomenológica, baseada em método dedutivo, com revisão sistemática e integrativa, eminentemente bibliográfica.

## **LUTO: NOÇÕES HISTÓRICAS, CONCEITUAIS E CLASSIFICAÇÃO**

Sob uma perspectiva histórica, conforme pode ser visualizado no quadro 1, faz-se necessário observar como se deu a evolução desse conceito, até os dias atuais, quando se define o luto “como um processo normal e esperado em consequência do rompimento de um vínculo” (FRANCO, 2018, p.1).

<b>PERÍODO</b>	<b>DESCRIÇÃO HISTÓRICA</b>
1621	O médico Robert Burton publicou “ <i>The Anatomy of Melancholie</i> ”, obra na qual apresenta o pesar como sintoma e causa principal da melancolia ou daquilo que, modernamente, chama-se de depressão clínica.
Séculos XVIII e XVIII	O luto era considerado causa de morte e prescreviam-se medicações para o chamado luto patológico.
1835	Benjamin Rush, médico americano, receitava ópio para enlutados e considerava que aqueles que morriam de problemas cardíacos tinham como causa o que ele chamava de “coração partido”.
1872	Charles Darwin na obra “ <i>The Expression of Emotions in Man and Animals</i> ” apresenta a evidência de que muitas espécies animais choram quando separadas daqueles aos quais estão vinculadas. Seres humanos enlutados tentam inibir esse choro, mas os músculos do choro são de mais difícil controle do que os demais músculos faciais, daí a aparência característica. Assim sendo, o comportamento de luto está presente nas nossas possibilidades de experiência e de expressão, já a partir de um ponto de vista etiológico.
1917 - 1953	Nesse período, Freud publicou “ <i>Luto e Melancolia</i> ” a partir de suas observações clínicas e considerações durante a I Guerra Mundial. Apontou diferenças e semelhanças entre pesar e melancolia e considerou que o luto como causa de depressão tende a aparecer em relações ambivalentes. Ele cunhou o termo “trabalho de luto”, entendendo que o luto requer uma elaboração psicológica. Como suas observações foram feitas em época de guerra, havia muitas razões para identificar sintomas psiquiátricos ou distúrbios pós-traumáticos.
1941	Kardiner, já no período da II Guerra Mundial, publica “ <i>Traumatic Neuroses of War</i> ”, obra que traz ao conhecimento as peculiaridades do sofrimento daqueles expostos a situações contínuas de risco de vida, com consequências para a saúde, como um todo.
1944	Lindemann descreve uma situação de luto agudo, após incêndio em discoteca. Em artigo, ele define o que considerava normal, com destaque para efeitos indesejáveis da repressão do luto. Não reconheceu a importância do luto crônico, mas foi quem primeiro falou sobre luto antecipatório, exatamente a partir da experiência das esposas dos soldados convocados para o campo de batalha.

1949	Anderson fala do luto crônico, definido por ele como o distúrbio psiquiátrico mais freqüente, além de estados ansiosos e depressão maníaca.
1949-1951	Nesse período, Parkes estudou pacientes psiquiátricos adultos internados e confirmou os padrões de morbidade identificados por Anderson em 1949, assim como verificou que o índice de morte do cônjuge nos seis meses anteriores à internação era seis vezes maior do que o encontrado em população não enlutada. Estes estudos trouxeram uma nova luz às considerações sobre as conseqüências do luto em populações específicas.
1999	Para Bowlby a definição de luto normal e complicado requer uma revisão de posicionamentos tradicionais que estabeleceram fases pelas quais o luto deveria passar, paralelamente à idéia de que o luto é a transformação radical do vínculo com o morto, para promover o desligamento do mesmo e a possibilidade de envolver-se em novos vínculos.

**Quadro 1 - Evolução histórica dos estudos de luto.**

Fonte: Elaboração própria com base em Franco (2018, p.1-2).

Adentrando na esfera conceitual, segundo Tada e Kovács (2007, p. 122), pode-se afirmar que, “o luto seria o processo de elaboração do sentimento de pesar devido à perda de uma pessoa querida, que envolve, portanto, muita tristeza”.

De acordo com Monteiro, Magalhães e Machado (2017), a morte, apesar de estar inscrita na natureza humana, atinge de maneira muito singular cada ser humano. A reação a este evento depende de inúmeros fatores: características de quem está morrendo (idade, papel na família, o tipo de morte), do enlutado (personalidade, história passada de perdas, religião, suporte social e familiar) e da relação entre eles. No contexto hospitalar considera-se ainda a complexa teia que se forma entre o médico, o paciente e sua família.

Kovács (2016) afirma que, as pesquisas sobre luto verificam como as perdas afetam estruturas de significado na vida, em situação de transição existencial. Dados epidemiológicos apontam que ocorrem mortes após viuvez por supressão do sistema imunológico, como aponta Parkes (1998), pontuando que, distúrbios psíquicos podem se manifestar como sintomas físicos e médicos são procurados por pessoas enlutadas com vários sintomas incluindo: depressão, insônia, anorexia, aumento no uso de álcool e drogas. Estes sintomas são relacionados ao processo de luto e não vistos como doença, como atestam os estudos desse autor, que aponta singularidades no processo de luto.

Na visão de Papalia e Olds (2000), talvez o padrão de luto mais comum e mais amplamente estudado seja aquele que tem três etapas, nas quais a pessoa enlutada aceita a dolorosa realidade da perda, liberta-se gradualmente do laço com a pessoa morta e por fim

readapta-se a vida desenvolvendo novos interesses e relacionamentos. O trabalho de luto é um processo que se trabalha em três estágios, conforme demonstrado no quadro 2.

ESTÁGIOS	BREVE DESCRIÇÃO
Primeiro	Neste primeiro estágio observam-se características como choque e incredulidade e pode durar várias semanas, especialmente depois de uma morte repentina ou inesperada. Imediatamente após uma morte os sobreviventes muitas vezes sentem-se perdidos e confusos. O choque e a incapacidade de acreditar na morte podem protegê-los de reações mais intensas. Reações físicas, como falta de fôlego, aperto no peito ou na garganta, náuseas e uma sensação de vazio no abdome são comuns.
Segundo	Nesse segundo estágio ocorre a preocupação com a memória da pessoa morta e pode durar seis meses ou mais, o sobrevivente tenta se reconciliar com a morte mais ainda não consegue aceita-la. Os choros continuam, com frequência acompanhados de insônia, fadiga ou perda de apetite. Uma viúva poderia reviver a morte de seu marido e todo o relacionamento. De tempos em tempos, ela pode ser tomada de um sentimento de que seu marido morto está presente: ela ouviria sua voz, sentiria sua presença na sala, até mesmo verá seu rosto diante de si. Essas experiências diminuem com o tempo, embora possam reaparecer, talvez por ano em ocasiões como o aniversário de casamento ou de morte.
Terceiro	É a fase de resolução essa etapa final chega quando a pessoa enlutada renova seu interesse pelas atividades cotidianas. As lembranças da pessoa morta suscitam sentimentos de afeição misturados com tristeza, mais do que dor aguda e saudade. Um viúvo pode ainda sentir falta de sua esposa falecida, mas ele sabe que a vida deve continuar, e torna-se socialmente mais ativo. Ele sai mais, vê pessoas, retoma antigos interesses, e talvez descubra alguns novos .

### **Quadro 2 - Estágios do luto.**

Fonte: Elaboração própria com base em Papalia e Olds (200, p.564-565).

Segundo Tada e Kovács (2007, p.122), pode-se dizer que o luto seria o processo de elaboração do sentimento de pesar devido à perda de uma pessoa querida, que envolve, portanto, muita tristeza. Em uma perspectiva mais ampla, são quatro as fases do luto: “1) a fase do entorpecimento; 2) a fase de anseio e busca pela pessoa perdida; 3) a fase de desorganização e de desespero; e 4) a fase de maior ou menor grau de reorganização”.

Na visão de Polido, (2014), para começar a escrever sobre a psicoterapia com enfoque no luto, é preciso, inicialmente, esclarecer que as pessoas que enfrentam esse processo encontram-se extremamente fragilizadas e, portanto, possuem uma demanda especial.

Polido (2014), ainda afirma que, cada luto é único e não existe maneira de padronizar ou prever de que forma o processo se dará; contudo, existem diferentes tipos de luto com algumas especificidades,

como por exemplo, o luto materno, que geralmente causa uma necessidade de continuar a exercer a função materna, mesmo após a morte do filho, a culpa por ter fracassado em proteger o filho e também por continuar a viver.

No que se refere à duração do processo de luto, pode-se afirmar que:

*A duração do processo de luto não pode ser estimada (e quantificada) temporalmente de maneira antecipada, já que as respostas variam em cada sujeito. O luto é avaliado qualitativamente, considerando-o normal ou patológico por meio de comportamento do indivíduo em relação ao objeto perdido; no luto normal o sujeito sente-se triste, mais preserva o princípio da realidade, encaminhando-se para a superação, enquanto no luto patológico a pessoa apresenta dependência em relação ao objeto perdido e não consegue desvincular-se da perda sofrida (SEREN e TILIO, 2014, p. 67).*

Conforme a visão de Freitas (2013), atualmente tende-se a compreender o luto como uma vivência imprevisível, inevitável e desconexa dos demais estágios vivenciados anteriormente no ciclo vital. A morte como perda nos fala em primeiro lugar de um vínculo que se rompe, de forma irreversível, sobretudo quando ocorre perda real e concreta. Para a autora, a vivência do luto e seu tempo são variáveis, sendo que em alguns casos, nunca termina, embora estes ocorram com menos frequência.

## **O HOMEM E A MORTE**

Ao examinar a literatura sobre os questionamentos do homem sobre a morte, não seria possível furtar-se à perspectiva histórica, aliada à sua gênese e evolução no transcurso do tempo, haja vista que, a morte caracteriza-se também como uma realidade histórico-cultural, que deve ser abordada, conforme a visão de seus significados, durante a evolução da humanidade, ao longo do tempo.

Na obra do historiador Philippe Ariés, intitulada “Sobre a história da morte no ocidente desde a Idade Média”, (apud Vilar, 2000, p.1), são relatadas mudanças na sociedade ocidental relativas às atitudes das pessoas quando em contato com a morte, conforme pode ser visualizado no quadro 3.

FASES	BREVE DESCRIÇÃO
-------	-----------------

Primeira Fase: Idade Média	A morte é tida como "domesticada". Com este termo, Ariés, afirma a existência de uma maior intimidade entre o morrer e o cotidiano da sociedade. A morte, assim, parecia fazer parte naturalmente da vida sendo, talvez, melhor compreendida.
Segunda Fase: Século XII	Início das mudanças nas atitudes perante a morte, quando começa a se desenvolver na sociedade ocidental uma "preocupação da particularidade de cada indivíduo" dentro da idéia que se tinha do destino coletivo da espécie (a morte). O fenômeno que se tinha da representação do Juízo Final é alterado (o julgamento que aconteceria no final dos tempos, pelo qual todos os homens passariam, baseados em suas ações terrenas) passa a acontecer após o final de cada vida, no momento pontual da morte. Cada homem teria um julgamento próprio que se realizaria no final de cada vida. Essa nova realidade contrasta com a familiaridade tradicional entre o homem e a morte que implicava numa concepção coletiva de destino. Altera-se o imaginário sobre a morte e o morrer na sociedade ocidental, que vivia um processo singular de transformação individualizadora: passa-se da comunidade à pessoa entendida como indivíduo singular e único. Os temas macabros e o interesse pelas imagens da decomposição física, o retorno à epigrafia funerária e a um início de personalização das sepulturas, observados nessa época, contribuem para essa interpretação, segundo o qual o homem, nesse período, volta-se para si próprio, criando-se assim um certo espaço para o desenvolvimento da individualidade.
Terceira fase: Século XVIII	Apresenta uma nova idéia da morte, uma concepção nova, romântica, que do imaginário estende-se e completa-se no concreto: a morte como ruptura, algo admirável que foge ao cotidiano e que, interiorizado em obras de arte, iguala-se ao ato sexual como algo amoroso, apaixonado, onde o que se vê primeiro é o "outro".
Quarta fase: Século XX e sociedade contemporânea industrial	A morte é vista como "invertida", um fenômeno "vergonhoso". Na verdade, como um incrível incômodo, pois é considerado como um fato que em nada ajuda a manter a idéia de vida feliz que hoje se faz e se tem, mesmo em aparência ou desejo mercadológico. Afinal, morto não faz compras. Tem-se um longo processo desenvolvido através dos séculos.

**Quadro 3 - Fases dos estudos da visão do homem sobre a morte.**

Fonte: Elaborado própria com base em Philippe Ariés (apud Vilar, 2000, p.1-2).

Tomando-se como base o quadro 2, pode-se observar que, da passagem da morte "domesticada" na Idade Média, à morte "invertida" na sociedade contemporânea industrial, referenciadas por Philippe Ariés (apud Vilar, 2000, p.2), “processa-se um estudo da individualidade, da emergência do homem livre para o mercado”.

A imagem da morte, que no volume I, Áriés (1981) toma como o ponto de partida de suas análises, é a do período da alta Idade Média, em suma, da morte de Rolando.

*Embora ela ainda lhe seja anterior: é a morte acrônica dos longos períodos da mais antiga história, talvez da pré-história; também lhe sobreviveu e a encontraremos de novo no lenhador de La Fontaine, nos camponeses de Tolstói e ainda numa velha dama inglesa em pleno século XX. Contudo, a originalidade da alta Idade Média está no fato de a aristocracia da cavalaria ter então imposto as imagens das*



*culturas populares e orais a uma sociedade de clérigos letrados, herdeiros e restauradores da antiguidade sábia. A morte de Rolando tornou-se a morte do santo, mas não a morte excepcional do místico, como a de Galaad<sup>1</sup> ou do rei Méhaign. O santo medieval foi tomado pelos clérigos letrados à cultura profana e da cavalaria, ela própria de origem folclórica (ARIÈS, VOLUME I, 1981, p.6).*

O interesse dessa literatura e dessa época apresentada no volume I de Áries (1981) é, portanto, para restituir de forma clara, em textos acessíveis, uma atitude diante da morte, característica de uma civilização antiquíssima e prolongada, que remonta às primeiras eras e se extingue sob os olhos da humanidade.

Já no volume II, Áries (1981), esclarece que, no início do século XX, até à guerra de 1914, em todo o Ocidente de cultura latina, católica ou protestante, a morte de um homem modificava solenemente o espaço e o tempo de um grupo social, podendo se estender a uma comunidade inteira, como, por exemplo, a uma aldeia.

*Fechavam-se as venezianas do quarto do agonizante, acendiam-se as velas, punha-se água benta; a casa enchia-se de vizinhos, de parentes, de amigos murmurantes e sérios. O sino dobrava a finados na igreja de onde saía a pequena procissão que levava o Corpus Christi (ARIÈS, VOLUME II, 1981, p.612).*

Segundo Kovács (1992), cada cultura apresenta algumas prescrições de como a morte deve ser enfrentada e quais os comportamentos e rituais que devem ser cumpridos pelos enlutados, conforme demonstrado no quadro 4.

PERÍODO	BREVE DESCRIÇÃO
Idade Média	Era autorizada a manifestação dos sentimentos diante de uma perda. Com o desenvolvimento do poder da Igreja esta passou a exigir uma atitude mais contida tal forma a vida que passa a fazer parte dela, e digna, assumindo o controle dos rituais e ditando as formas de comportamento adequadas.
Século XIX	A morte romântica traz em seu bojo a idéia da morte como uma ruptura insuportável, porque representa a morte do outro. É o período das grandes explosões sentimentais, a tristeza e a dor cantadas em verso ou prosa. Era muito frequente morrer de amor, se o outro morre, morro também. Está aí estabelecida a relação entre as perdas e o suicídio. Romeu e Julieta são os grandes protagonistas do amor, da separação e da morte, sendo este também o grande argumento das óperas dramáticas.
Século XX	Traz a representação da “morte invertida”. É a morte que se esconde e que é vergonhosa, o grande fracasso da humanidade. Há uma supressão da manifestação do luto, a sociedade condena a expressão e a vivência da dor, atribuindo-lhes uma qualidade de fraqueza. Há

---

<sup>1</sup> Personagem do ciclo da Távola Redonda. Filho de Lancelote, associa a pureza à coragem e obtém a permissão de contemplar os mistérios do Graal (ÁRIES, VOLUME I, 1981, p.6).

	uma exigência de domínio e controle. A sociedade capitalista, centrada na produção, não suporta ver os sinais da morte. Os rituais do nosso tempo clamam pelo ocultamento e disfarce da morte, como se esta não existisse. As crianças devem ser afastadas do seu cenário, como se esta não ocorresse. Esta supressão do processo de luto traz sérias conseqüências do ponto de vista psicopatológico. Sabe-se que muitas doenças psíquicas podem estar relacionadas com um processo de luto mal-elaborado.
--	---

**Quadro 4 - Visões da cultura, comportamentos e rituais da morte ao longo da história.**

Fonte: Elaboração própria com base em Philippe Ariés (apud Kovács, 1992, p.150-151).

Ainda na esfera histórica, outra observação importante realizada por Vilar (2000, p.1), é de que, os estudos relativos à morte e sobre as atitudes dos homens na presença dela, ou sofrem a sua presença, não necessariamente refletem a realidade urbana. “Pode-se dizer até que foram privilegiados os estudos em sociedades agrárias ou comunidades mais tradicionais nas pesquisas que tratam da morte desde seu início”. Embora, hoje, “já se tenha uma produção significativa sobre a questão da morte, do morrer e do luto no meio urbano, onde esta pesquisa também se inscreve”.

E continua Vilar (2000) esclarecendo que, a obra de Philippe Ariés, de certo forma, reforça o que Marcel Mauss, havia escrito em sua obra intitulada “Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção do eu”, sobre a formação e o desenvolvimento da noção de pessoa, da noção do "eu":

Em sua abordagem, Vilar (2000, p.2), pretende enfatizar como a morte é hoje em dia considerada um "problema", como “algo preocupante”, no sentido de que ela “é bastante sentida com estranheza pelo homem contemporâneo e conseqüentemente ocultada do cotidiano da coletividade, sinônimo de situações individualizadoras específicas”. Na realidade, parece que a morte não está incluída “no discurso ideológico da sociedade contemporânea, ao contrário, contrasta com tal discurso, uma vez que não corresponde à idéia de progresso formulada na modernidade”.

A questão da morte na modernidade, também se caracteriza como o ponto de partida da abordagem de Roberto Da Matta, em sua obra intitulada “A Casa e A Rua”, (apud Vilar, 2000, p.2), onde também trata sobre a morte nas sociedades relacionais, dentre outras questões. Para ele, “a morte é um problema da modernidade”, caracterizando-se, portanto, como um problema filosófico e existencial “que está diretamente ligada à ética individualista do nosso tempo e

das nossas instituições na qual o indivíduo existe como entidade moral dominante e o todo não predomina sobre as partes”.

Nesse contexto histórico e conceitual, faz-se necessário ainda traçar em linhas gerais, as principais teorias das escolas antropológicas que trabalharam com o assunto. Na realidade pode-se destacar que a morte era estudada como um capítulo complementar da religião, portanto, não possuía o estatuto de que hoje desfruta.

Na realidade, “a perda gradual da dependência do tema, com a conseqüente construção de sua autonomia face à sua antiga condição auxiliar do estudo científico da religião”, tenha ocorrido em decorrência da “evidência da ameaça social que representava associado à uma escassez de pesquisas sobre o assunto” (VILAR, 2000, p.1), conforme pode ser visualizado no quadro 4, acrescentado algumas observações.

Na visão de Vilar (2000, p.2), é importante ressaltar que, a maneira como o tema é abordado, sob a perspectiva estruturalista, culturalista, baseada na semiótica, diferentemente das primeiras teorias (evolucionistas; funcionalistas), a morte é estudada, “à princípio, de maneira autônoma. Ao contrário do que ocorreu nos estudos anteriores, é a religião que agora é abordada para auxiliar o estudo da morte”.

ESCOLAS	BREVE CARACTERIZAÇÃO
Evolucionista	Pioneira em conceber importância ao estudo da morte como tema social, acreditavam que a origem da religião fundamentava-se na atitude de buscar o entendimento, de maneira racional, da perspectiva do próprio fim. O momento último de vida que significava a aniquilação da própria existência, a morte. Tal concepção assentava-se na crença de que a imortalidade humana, assim como a crença na alma humana e consequentemente o culto aos ancestrais, originaram-se dessa busca, dessa procura de compreender o significado da morte. Sua gênese, desse modo, erigia-se na negação da morte, da sua não aceitação social. O estudo realizado por Edward Taylor, cristalizado em sua obra <i>Cultura Primitiva</i> (1947), ilustra bem o pensamento evolucionista. Sua concepção foi bastante contestada por submeter culturas estranhas aos antropólogos à própria cultura do pesquisador, mitificada como superior. O que constituía um processo etnocêntrico, repleto de erros metodológicos no olhar comparativo lançado às culturas pesquisadas e ao caráter especulativo superior de sua própria cultura.
Funcionalista	Ganha espaço na emergente ciências sociais com a publicação do estudo intitulado “As formas elementares da vida religiosa”, do francês Émile Durkheim (1996), cuja abordagem sociológica da morte inova e difere da anterior. O funcionalismo foi trabalhado e desenvolvido posteriormente pelos britânicos e pelos americanos. A nova concepção visava elucidar a importância que a religião desempenhava para a estabilidade e a harmonia social, e sua colaboração no reforço dos laços de solidariedade, evitando, assim, colapsos sociais. A morte é vista, então, como um elemento desestabilizador, como

	<p>momento de ruptura. Os efeitos da morte são vistos, por estes estudos, como temidos pela sociedade, pelo risco que correriam através do desespero individual e coletivo, o que poderia ocasionar o risco de desagregação social. Estes estudos viam na religião uma das instâncias fundamentais do reequilíbrio social, através das formas de introjeção do morto às normas sociais, pelos ritos da passagem do corpo morto, e de sua alma, para estágios seguintes ou diferenciados das dos vivos. O que tranquilizava os que permaneciam vivos, e a sociedade poderia assim retornar ao seu ritmo cotidiano. A religião, assim, consistia em ser, para esses estudiosos, preventiva da desordem. O funcionalismo foi também fortemente criticado por sua incapacidade de lidar com a mudança social e por sua falha na explicação dos aspectos disfuncionais da religião, mostrando-se uma teoria nitidamente conservadora.</p>
Estruturalista, culturalista, baseada na semiótica	<p>A semiótica é uma vertente da antropologia interpretativa, tendo nos estudos de Clifford Geertz, o seu principal expoente. Segundo esta concepção, o imaginário, o senso-comum da vida cotidiana, é algo construído socialmente por meio de um processo dialético que acontece entre cada indivíduo e o resto da sociedade. Nesse processo é exercido um movimento contínuo de externalização e interiorização de sentidos, de valores, de significados, que validam ou desorientam a vida de cada indivíduo. A cultura é entendida, assim, como "estrutura de significados socialmente estabilizados" incorporada em sistemas de símbolos. Essa cultura é tão sistematizada quanto uma língua, ela na verdade é uma espécie de conjunto de linguagens, onde a fala, por exemplo, é apenas uma entre outras tantas (os rituais, os mitos, os gestos).</p>

**Quadro 4 - Teorias das Escolas Antropológicas sobre a morte.**

Fonte: Elaboração própria com base em Philippe Ariés (apud Vilar, 2000, p.2-3).

A diferença básica e fundamental que existe entre as duas primeiras teorias (evolucionista e funcionalista) “consiste na maneira como é enfocado o assunto: os evolucionistas voltaram seus estudos para a causa, a origem da religião”; já os funcionalistas “voltaram à atenção para os efeitos da religião”. Os primeiros lidaram com a morte “exaltando sua característica fundamentadora”, enquanto os segundos “viram-na como um fim”. Sob essa perspectiva as duas teorias não se contradizem mas tornam-se complementares (VILAR, 2000, p.3).

Já quanto à concepção estruturalista, culturalista, baseada na semiótica, Loring M. Danforth e Alexander Tsiaras, em sua obra intitulada “Os rituais de morte da Grécia rural” (apud Vilar, 2000, p.3), destacam que, "o primeiro ponto a ser considerado é a força da morte para abalar o cotidiano do mundo". Na modernidade, principalmente, “a morte passou a ser vista como algo aterrorizante e completamente estranho às pessoas”. Segundo Campos (2016, p.43), “a consciência de transitoriedade humana arremete, necessariamente, à consciência da morte, a finitude”. A presença iminente da própria morte, “envia à transcendência e à necessidade da compreensão da

finalidade existencial humana”. Portanto, “a finitude se constitui daquele aspecto que dá o tom necessário para tornar a vida não algo, mas da oportunidade para algo”, dessa forma, “cabendo ao homem encontrar sentido em cada situação, sob qualquer condição, até mesmo nas mais lastimáveis”.

Na concepção de Kübler-Ross (1981, p.16), ao longo da história, o homem, basicamente, não mudou. “A morte constitui ainda um acontecimento medonho, pavoroso, um medo universal, mesmo sabendo que podemos dominá-lo em vários níveis”. O que mudou foi “nosso modo de conviver e lidar com a morte e com o processo de morrer”.

Enquanto acontecimento social e científico, Vilar (2000, p.1), esclarece que a morte, começou a ser estudada no final do século passado por antropólogos britânicos, cuja linha de pensamento era a escola "evolucionista". No entanto, sendo a morte um "problema moderno", não é de se estranhar “que tenha começado a ser explorada cientificamente no final do século passado, até porque as ciências atuais tiveram no século XIX o seu início e desenvolvimento” (VILAR, 2000, p.2). Estudar o fenômeno da morte, a partir das inquietações que causam no homem, é importante para se entender que:

*[...] a morte é um conceito propriamente humano, criado pela humanidade e posto em prática por nós. Importante também para compreender como os conflitos militares modernos mudam o próprio conceito da guerra, a partir de 1914, onde os exércitos não se importarão de destruir qualquer tipo de vida que fora encontrada no caminho, a questão do inimigo que não é visto como semelhante, portanto é justificável matá-lo em defesa de seu Estado. Compreender como as instituições agirão sobre o sujeito, fazendo com que esse não tema a morte, em detrimento dos instintos de sobrevivência do próprio homem, como espécie, diante de uma situação de perigo iminente à sua pátria, como a individualidade é perdida nesse caso, em prol da coletividade, que é considerado heróico, dotado de sentido (PASSONI e SERAFIM, 2016, p. 5).*

Nesse contexto, é importante ainda abordar a morte, analisando as concepções, bem como as reações suscitadas quando o homem é colocado diante da morte, sob a perspectiva de Edgar Morin, em sua obra, “O homem e a morte”, escrita no período de 1948-1950, para entender, segundo Passoni e Serafim (2016, p. 5), certa representação desse autor “sobre a noção de peso social sobre o sujeito, de que

maneira as instituições se colocam acima do indivíduo, mesmo nos tempos de paz, muitas vezes mantida pelos mecanismos postos em prática na guerra”, tais como “exércitos permanentes, propaganda patriótica”.

A obra de Morin (1988) é importante ainda para compreender como a prática do suicídio, não o suicídio-sacrifício, o suicídio-vingança, mas o suicídio solitário representa, segundo o autor, a total inadaptação do sujeito a sociedade, e o rompimento entre ser e espécie. Nesse sentido:

*É Interessante olhar para algumas espécies de animais e perceber que algumas (como elefantes), fazem cemitérios e qual a relação desse tipo de conhecimento da morte com a individualidade dos animais. O indivíduo age como espécime e manifesta, nas citadas reações, não uma inteligência individual, mas sim uma inteligência específica, isto é, um instinto. A consciência é apenas individual e pressupõe uma ruptura entre a inteligência específica, isto é, o instinto e o indivíduo. A diferença do homem para os outros animais, é que as aquisições individuais permanecem juntas com o comando do instinto, portanto, coexistem (MORIN, 1988, p.55-56).*

A obra, “O homem e a morte” de Morin (1988) propõe:

*[...] uma discussão ampla sobre as concepções de morte dos indivíduos, suas reações, os ritos envolvidos. Buscando em diversas áreas do conhecimento, como biologia, antropologia, etnologia, filosofia, sociologia e história, pontuar as reações humanas a fim de entender as transformações históricas por do conceito da morte e as mudanças em suas concepções. Trazendo a biologia, para pontuar a discussão sobre o conceito da morte, que seria exclusivamente humana, além de um território desconhecido para o homem, deveríamos, portanto, buscar no homem as respostas acerca desse conceito, por ele criado a fim de narrar este evento inevitável em sua vida (PASSONI e SERAFIM, 2016, p. 2).*

Em sua obra, Morin (1988) ainda aborda o problema da multidimensionalidade humana.

*O homem está, como todos os seres biológicos, submetido à morte; por isso, no domínio da morte, é semelhante a todos os outros seres vivos; mas o homem é o único ser vivo que acredita existir uma vida após a morte, que pratica ritos fúnebres, que tem uma mitologia da morte porque acredita que a morte existe, quer um renascimento, quer a sobrevivência de um fantasma, quer a ressurreição. A realidade*

*humana é, pois, por um lado, uma realidade biológica e, por outro lado, uma realidade autobiológica, quer dizer, uma realidade mitológica (MORIN, 1996, p.10).*

De acordo com Morin (1988, p.30), a consciência da morte por parte dos homens, “irá desencadear um traumatismo da morte, que levará a busca por uma adaptação à essa realidade, que encontrará seus fins na crença na imortalidade”. A consciência que, normalmente se dá na infância, quando a criança tem seu primeiro contato com a morte, “ocasionará o horror, o medo, pois essa condição, presente a todos os seres vivos fará, no ser humano, com que sua individualidade seja totalmente confrontada”.

A “economia da morte” referenciada por Morin (1988, p.29), também surgirá na sociedade arcaica, “fruto de angústias e obsessões que a morte causa nos indivíduos vivos, chegando ao ponto de algumas pessoas, em determinadas sociedades viverem a realidade em torno do momento da própria morte”. O autor ainda explica que, “há muitas famílias chinesas que ficam arruinadas devido à um enterro, pois as economias de toda a vida são canalizadas para a edificação da casa do morto”. Passando pelo horror da morte, a obsessão, e a dor do funeral, Morin (1988, p.31) aponta para um denominador comum entre esses vários aspectos: “a perda da individualidade. Quanto mais próxima, individual, determinada pessoa for daqueles atingidos pela perda, mais a individualidade dos membros do grupo será afetada”, haja vista que, “a morte do semelhante, não é da mesma forma sentida como a morte de um escravo, inimigo ou mesmo a carcaça de um animal”, portanto, “os espíritos se revoltam quando uma pessoa próxima morre, sua própria individualidade é negada, a sua própria e a do ente ou amigo próximo”.

Até o presente momento, se deu destaque ao processo de luto frente às perdas definitivas, como é a morte. No entanto, existe um outro tipo de situação, quando não há a morte da pessoa amada, mas, uma separação, que será objeto de estudo da próxima seção.

## **O HOMEM E AS PERDAS**

Nessa seção, irá se abordar o processo de luto vivenciado a partir de outro aspecto: quando não há a morte da pessoa amada, mas uma separação, igualmente não desejada. No entanto, antes dessa

abordagem, faz-se necessário fazer uma breve caracterização da morte como perda, que:

*[...] supõe um sentimento, uma pessoa e um tempo. É a morte que envolve basicamente, a relação entre pessoas. Se ocorre de maneira brusca e inesperada tem uma potencialidade de desorganização, paralisação e impotência. As ações do cotidiano, como falar, atravessar uma rua, cuidar do outro, alimentar-se são matizadas pelo constrangimento do inusitado em duas situações: diante da própria perda e diante de alguém que perdeu alguém. Embora saibamos racionalmente que a morte é inevitável, este saber nem sempre está presente, fazendo surgir o paradoxo da morte (in)esperada. Em casos extremos a morte invade a perda como uma fatalidade, ocultar os sentimentos, eliminar a dor, apontar o crescimento possível diante dela, podem ser formas de negar os sentimentos que a morte provoca, para não sofrer. Sabe-se que a expressão de sentimentos nessas ocasiões é fundamental para o desenvolvimento do processo de luto (KOVÁCS, 1992, p.150).*

Com o decorrer do tempo, as manifestações diante da perda e do luto, sofreram algumas alterações, como no caso do luto, decorrente de uma separação, não desejada, em decorrência do crescente número de divórcios, que cria segundo observações de Brito (2007), uma sociedade com “novas peculiaridades”, dentre as quais se destaca o luto decorrente da “perda” de uma pessoa viva, pelo processo de separação.

Adentrando na questão do luto decorrente da “perda” de uma pessoa viva, segundo Polido e Franco (2014, p.55), esta é uma situação que, “comumente provoca o que se chama de luto não reconhecido (ou não franqueado), aquele que, por não ser socialmente aceito, não oferece condições para a expressão do pesar, dos sentimentos e até mesmo dos conflitos relacionados à perda”, de modo particular, quando se trata dos motivos que levaram a esta separação. Em relação ao casamento, considere-se este “enquanto vínculo entre duas pessoas que se amam e compartilham experiências, independentemente do tempo em que estão juntas ou da formalização legal desta união”.

*A separação amorosa e a separação conjugal são consideradas também uma experiência de perdas: desde a relação afetiva, o casamento propriamente dito, até a partilha dos bens, com todo o seu significado afetivo e simbólico. Uma das distinções deste tipo de luto em relação ao luto por morte diz respeito à rede de apoio psicossocial.*



*Quando falece uma pessoa querida, é natural que as pessoas se aproximem do enlutado para proporcionar-lhe algum suporte e acolhimento, mesmo que somente por um período breve de tempo. Em um processo de separação, em especial quando há desavenças e traição, as pessoas tendem a incentivar a decisão do rompimento, naquilo que consideram uma justificativa para tal. Assim, desconsideram, muitas vezes, a possibilidade de ainda haver afeto entre o ex-casal e, conseqüentemente, sofrimento e demandas emocionais, a partir daquele momento, que vão além da partilha dos bens (POLIDO e FRANCO, 2014, p.60-61).*

Igor Caruso em sua obra intitulada “A separação dos amantes”, refere-se a um outro tipo de morte, a separação, que ele relaciona a uma “fenomenologia da morte”, subtítulo da obra, que é considerada referência, quando se trata de separação e luto de pessoas que ainda estão vivas. Os mecanismos de defesa, como Caruso (1986) diz, são “frágeis vitórias contra a morte”, e são acionados como forma de proteção ao aniquilamento do ego, evitando a destruição e a perturbação dos ideais.

De acordo com Kovács (1992, p.162), a separação também estimula desejos de morte contra o companheiro, “se não concretamente, então internamente como possibilidade: é a tentativa de esquecer, através do processo de desligamento libidinal”. Nesse sentido, “ocorrem tanto a depreciação; como a desvalorização, onde todos os elementos negativos são projetados no outro”, ou seja, “os aspectos de sombra”, segundo o conceito Junguiano. Em oposição, “pode ocorrer a idealização do outro”. Estes sentimentos ambivalentes e contraditórios costumam estar presentes conjuntamente.

De acordo com Caruso (1986, p.12), uma das experiências mais dolorosas para o ser humano é a separação, que todos, inevitavelmente, irá viver com o fenômeno da morte. No entanto, estudar a separação amorosa “é estudar a presença da morte em vida”. Trata-se de uma “morte psíquica na vida dos seres humanos. Separar ou partir é morrer um pouco”. A separação amorosa “pode ser em muitos casos pior do que a própria morte, porque significa uma capitulação diante da morte ainda em vida”. Por outro lado, a separação “pode ser a saída menos dolorosa, em alguns casos, porque evita a morte”. A separação é a vivência da morte numa situação de vida. Segundo Caruso (1986), desenvolve-se nas seguintes fases e características, demonstradas em seguida no quadro 5.

<b>FASES</b>	<b>BREVE DESCRIÇÃO</b>
Catástrofe do ego	Com a separação produz-se uma morte na consciência, daí o desespero. Ocorre uma mutilação egóica, a identidade sucumbe, o que aciona os mecanismos de defesa para que esta morte não aniquile a consciência e não leve ao suicídio, uma atuação psicótica.
Agressividade	Esta pode surgir como mecanismo de defesa, atacando aquele que abandonou. A desvalorização do ausente é uma forma de tentar reconciliar o ego ferido com o ideal abalado. O amor pode se transformar em ódio, favorecendo o desligamento do objeto.
Indiferença	Há uma experiência de “pouco importa”. Força-se uma diminuição da idealização egóica. Esta indiferença pode ocorrer em meio ao desespero. É um embotamento afetivo, uma repressão das fantasias sexuais. Pode-se traçar uma analogia com a rigidez da morte, uma renúncia ao prazer, para se evitar o desprazer.
Fuga para adiante	É uma busca de novas atividades ou de novas formas de prazer. Procuram-se intensamente novas relações, como substituição ao parceiro perdido. O ego sofredor necessita de consolo.
Idealização	É uma forma de depuração, uma filosofia estoíca, heróica. É uma rebelião contra o processo de “morte” que procura se instalar.
Mecanismos de defesa	São “frágeis vitórias contra a morte”, e são acionados como forma de proteção ao aniquilamento do ego, evitando a destruição e a perturbação dos ideais.

**Quadro 5 – Fases de perda e luto por separação.**

Fonte: Elaboração própria com base em Caruso (1986, p.25-28).

Kovács (1992, p.163), continua destacando que, no processo do amor e da separação “estão presentes duas forças antagônicas por um lado, e complementares, por outro”. Trata-se “das forças de amor/ódio e vida/morte”. As forças de amor e vida “podem estar presentes em situações de vida, quando a morte aparece como escape para a dor e a destruição de uma separação”. Algumas vezes, a agressividade pode ocorrer também, nas separações das relações amorosas. Nesse contexto, “a separação pode ser vista como “um fracasso do amor, onde pode-se verificar a irrupção dos impulsos sado-masoquistas”. Muitas vezes, “o sofrimento constitui um elemento de prazer, ama-se um pouco morrer, há elementos libidinais na autodestruição, que são os componentes masoquistas da separação”.

Para Franco (2018), o luto caracteriza-se como uma realidade histórico-cultural, que deve ser estudada, conforme a noção de seu desenvolvimento dinâmico no decorrer do tempo. As primeiras visões sobre luto mostram-no como um fenômeno entendido como causa potencial de doença física ou mental. E no luto vivenciado a partir da separação, é importante ainda fazer referência ao Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-5, onde está descrito o “transtorno de ansiedade de separação”, esclarecendo primeiramente

que, o luto, caracteriza-se como um “anseio intenso ou saudades da pessoa falecida, tristeza intensa e dor emocional e preocupação com a pessoa falecida ou com as circunstâncias da morte”, enquanto que, “o medo de separação de outras figuras de apego é central no transtorno de ansiedade de separação” (DSM-5, 2014, p.194).

Esse transtorno, que se caracteriza pelo medo ou ansiedade impróprios e excessivos em relação ao estágio de desenvolvimento, envolvendo a separação daqueles com quem o indivíduo tem apego, é evidenciado por três (ou mais) dos seguintes estágios, demonstrados no quadro 6.

ESTÁGIO	BREVE DESCRIÇÃO
1	Sofrimento excessivo e recorrente ante a ocorrência ou previsão de afastamento de casa ou de figuras importantes de apego.
2	Preocupação persistente e excessiva acerca da possível perda ou de perigos envolvendo figuras importantes de apego (doença, ferimentos, desastres ou morte).
3	Preocupação persistente e excessiva de que um evento indesejado leve à separação de uma figura importante de apego (perder-se, ser sequestrado, sofrer um acidente, ficar doente).
4	Relutância persistente ou recusa a sair, afastar-se de casa, ir para a escola, o trabalho ou a qualquer outro lugar, em virtude do medo da separação.
5	Temor persistente e excessivo ou relutância em ficar sozinho ou sem as figuras importantes de apego em casa ou em outros contextos.
6	Relutância ou recusa persistente em dormir longe de casa ou dormir sem estar próximo a uma figura importante de apego.
7	Pesadelos repetidos envolvendo o tema da separação.
8	Repetidas queixas de sintomas somáticos (cefaléias, dores abdominais, náusea ou vômitos) quando a separação de figuras importantes de apego ocorre ou é prevista.

**Quadro 6 – Estágios do transtorno de ansiedade de separação.**

Fonte: Elaboração própria com base no DSM-5 (2014, p.191).

Como bem esclarece Campos (2016, p.49), os adultos com vinculação insegura e ansiosa, “com estilo de apego inseguro, ambivalente e evitativo, após o rompimento conjugal, apresentam mais risco, para um nível maior de desajustamento psicológico”. Isso sinaliza e pode indicar que, “o comportamento de apego estará permanentemente ativado em busca de segurança e proteção, o que resulta num processo de luto mais complicado”.

O rompimento de vínculos “é algo que poderá influenciar na forma de expressão de sofrimento. Em algumas situações de separação amorosa, parece ser difícil se desfazer do que foi vivido com o outro”, mesmo que, “sejam objetos que foram compartilhados, pois a experiência vivida é sentida pelo enlutado como uma perda de uma parte da própria vida sendo jogada fora” (BROMBERG apud

CAMPOS, 2016, p.49). Nesse contexto, Kovács (1992, p.164) acredita que, “o trabalho psicoterápico, embora não obrigatório, pode auxiliar enormemente no processo de luto”. Na realidade, “a expressão de sentimentos numa situação de perda, como o abandono e a solidão, que evocam a raiva, a tristeza e a culpa, facilita a sua elaboração”. Logo, a psicoterapia “pode auxiliar no processo de desidentificação e na possível reinvestida libidinal, oferecer um ambiente acolhedor e de continência tão necessário nesse momento”. O processo psicoterápico pode, em muitos momentos, “ser um elemento preventivo para que não se desenvolva um processo de luto patológico”.

## **O PAPEL DA PSICOLOGIA NO ENFRENTAMENTO DO LUTO E NA REESTRUTURAÇÃO FAMILIAR**

Na visão de Tada e Kovács (2007, p. 122), a necessidade de o enlutado vivenciar o seu sentimento de perda “é importante para que ele possa externalizar a sua dor, o que proporciona as condições necessárias para uma boa elaboração do luto e possibilita a retomada de sua vida”, ao lado das recordações da pessoa perdida, que incluem carinho e paz. O problema do luto mal elaborado estaria no risco de ele se alastrar por várias gerações de uma determinada família, tal qual uma doença contagiosa, o que pode desencadear o aparecimento de doenças, devido à baixa resistência do sistema imunológico, como também pode vir a colaborar para o desenvolvimento de comportamentos antissocial, como a criminalidade, o uso de drogas e o suicídio (TADA e KOVÁCS, 2007).

De acordo com Polido (2014, p. 18), em uma na família, comumente surgem os conflitos familiares, divergências estas decorrentes das diferentes reações e necessidades de cada membro. Nesse contexto, “decisões importantes, desde a escolha do cerimonial, por exemplo, até o destino que se dará aos pertences, podem gerar discordâncias”, diante das quais o melhor a fazer, por mais doloroso que seja, é sempre conversar, já que, em se tratando de afeto, todos têm o direito de ser ouvidos e de ter a sua dor respeitada.

Nesse sentido conforme Worden (1998, p. 27), ajustar-se a um novo ambiente “significa coisas diferentes para diferentes pessoas, dependendo de qual era a relação com a pessoa falecida e dos vários papéis que desempenhava a pessoa que morreu”. Muitas viúvas levam um tempo considerável para perceber o que é viver sem o marido. Esta

percepção via de regra começa aproximadamente três meses após a perda e envolve lidar com o fato de viver sozinha.

Conforme Parkes (1998), em qualquer perda, frequentemente está claro exatamente o que é perdido. A perda de um marido, por exemplo, pode ou não significar a perda de um parceiro sexual, companheiro, contador, jardineiro, cuidador das crianças, ouvinte, de um aquecedor de cama e assim por diante, dependendo dos papéis normalmente desempenhados por este marido.

Segundo Campos (2013), além do luto patológico, em que esse trabalho se cronifica e cristaliza, tem-se também, um paralelo com a patologia melancólica. No caso da melancolia, o que há é uma identificação com o objeto perdido de amor. Esse é o conceito de identificação melancólico: o objeto perdido é internalizado e identificado com o ego, de tal forma que o amor antes investido no objeto retorna ao ego do sujeito, daí a famosa visão de Freud, de que a sombra do objeto recai sobre o ego. Esse ideal de ego inatingível e mortífero é o que causa a auto recriminação do ego, característica distintiva da melancolia em relação ao trabalho normal de luto.

A maioria das perdas significativas ocorre no contexto de uma unidade familiar, portanto, é importante levar em consideração os impactos de uma morte ou separação, em todo o sistema familiar. A família pode entendida como um sistema, como um todo, uma globalidade, que só a partir de uma perspectiva holística, pode ser corretamente compreendida, e devidamente caracterizada como:

*[...] um grupo de duas ou mais pessoas, unidas ou não por laços de parentesco, que podem ou não residir na mesma habitação e que se unem na partilha de laços emocionais. A família é encarada como um sistema, pois é composta por objetos e respectivos atributos e relações, contém subsistemas e é contida por diversos outros sistemas, ou supra-sistemas, todos eles ligados de forma hierarquicamente organizada e possui limites e fronteiras que a distinguem do seu meio. É um sistema aberto, pois estabelece trocas com o exterior e co-evolui a par com contextos mais vastos (PEREIRA, 2014, p.17).*

Ao refletirem sobre a família Payá e Figlie (2015), se deparam com significados que recebem interferências conforme um contexto sociocultural. A família é um sistema vivo e aberto no qual são formados os vínculos de afeto, cuidado, proteção e promoção de educação. Este sistema é dinâmico, composto por força interfamiliares e intrafamiliares. E a partir desse dinamismo a família constrói e

reconstrói um estado de (des) equilíbrio diante das mudanças sociais. Na realidade, os núcleos familiares existem dentro de um amplo contexto social constituído pela rede de amigos e comunidades. São o que chama de sistemas abertos e que estarão em constante interação modulando normas, regras e conceitos individuais. Isso reflete diretamente em noções de ajuda, troca e relacionamentos que se dão a partir desse constante intercâmbio entre indivíduo, família e comunidade.

A instituição familiar tem uma história antiga, no entanto, somente partir da década de 1950, que ela passou a compor área de interesse da psicologia, contribuindo para o desenvolvimento da psicoterapia familiar como abordagem de tratamento de problemas. Atualmente, a psicologia dispõe de diversos modelos de atuação e, que estão em operação e a maioria dos terapeutas familiares vem descobrindo a sua própria combinação, utilizando uma gama de ideias e práticas diferentes (PAYÁ e FIGLIE, 2015).

Segundo Worden (1998, p.137), fatores específicos que afetam o processo de luto e influenciam o grau de ruptura na família foram identificados, incluindo: “estágios do ciclo de vida familiar, papéis desempenhados pela pessoa falecida, padrões de poder, afeto e comunicação e fatores socioculturais”. Partindo-se dessas premissas básicas de família, a avaliação das reações de luto da mesma, conduzem à uma avaliação independente dos membros individuais.

Na realidade, a perda é um poderoso evento nodal que abala as estruturas da vida em família e deixa todos os elementos afetados. Também são enumerados por Walsh e Mcgoldrick (apud Pereira, 2014, p.18-19) fatores que influenciam a adaptação familiar à perda como: “a forma da morte; rede familiar e social; momento da perda no ciclo de vida; e o contexto sociocultural da morte”. Estes fatores “são coincidentes com os fatores de risco individuais para um processo mal adaptativo à perda”. Sob uma perspectiva familiar sistêmica, a perda pode ser encarada como um “processo transacional que envolve a pessoa que faleceu e os sobreviventes num ciclo de vida comum, que reconhece tanto a finalidade da morte como a continuidade da vida”.

Na concepção de Worden (1998, p.138), quando se aborda a perda e os sistemas familiares, há necessidade de considerar, pelo menos, três áreas: a “posição funcional ou o papel que a pessoa falecida desempenhava na família; a integração emocional da família; e a forma como a família facilita ou dificulta a expressão emocional”.

As crenças que se tem sobre o luto, sobre as práticas e os rituais, facilitam a integração da morte e a transformação dos sobreviventes, em todas as sociedades e culturas.

Na visão de Melo (2004, p.16), o que se tem vindo a verificar na sociedade ocidental é precisamente “um distanciamento do confronto direto com a morte e uma desintegração do apoio comunitário que é progressivamente menor num mundo cada vez mais individualista”. Nesse contexto, “as pessoas morrem cada vez mais no hospital ou num lar, muitas vezes sozinhas, sem a presença dos familiares”. Para Campos (2016), a proximidade física no seu ambiente natural sugere uma proximidade física e afetiva no momento da perda de um ente querido.

*Em épocas anteriores as pessoas morriam em casa. Hoje com o advento da industrialização, os avanços tecnológicos na medicina, bem como a superespecialização, as mudanças e alterações sociais e culturais não há mais proximidade com os entes queridos e todas as formas de permanecer com o corpo vivo são realizadas na intenção de manter as funções vitais a qualquer custo. Desde os primórdios a morte é temida, pois não sabemos como ela é de fato. Muitas tentativas de interpretá-la, mas nenhuma foi forte o suficiente para pensá-la como algo normal e sem sofrimento (CAMPOS, 2016, p.74).*

Na sociedade atual, cada vez mais tecnicista e individual:

*[...] verificam-se inversamente, rituais cada vez mais discretos e em constante modificação. Face à morte fala-se de rito e ritual funerários, que permitem dar segurança e conforto aos que vivem, temporizando a angústia que a morte gera e proporcionando um sentido para a morte. O rito possibilita a passagem da realidade ao simbólico, ajudando a superar a violência do acontecimento, simbolizando a esperança e o desejo de sobreviver (PEREIRA, 2014, p.19).*

E continua Pereira (2014, p.20) esclarecendo que, o ritual funerário permite “ajudar no trabalho de luto e quando é eficaz assegura uma boa qualidade do mesmo, pois permite uma boa integração da perda e facilita a elaboração de um projeto de vida sem o familiar”. Aliado a isso, “o ritual funerário também permite o compartilhamento do sofrimento, bem como do recebimento de conforto da rede de apoio”. Entretanto, “é importante o rito ter um sentido pessoal para a pessoa enlutada, pois, se tal não acontecer o seu valor terapêutico perde-se” (PEREIRA, 2014, p.20). Sob uma perspectiva sistêmica, Walsh e

Mcgoldrick (apud Melo, 2004, p.16), a morte na família “envolve múltiplas perdas: a perda da pessoa; a perda de papéis e de relações; a perda da unidade familiar intacta e a perda de esperanças e sonhos por tudo o que poderia ter sido”.

Nesse sentido, com base nas teorias de Walsh e Mcgoldrick, Melo (2004) ressalta que, existem, assim, duas tarefas principais que tendem a promover a adaptação imediata e a longo prazo dos familiares e a fortalecer a família como uma unidade funcional: 1) aceitação partilhada da morte e experiência partilhada da perda (facilitada pela informação clara e pela comunicação aberta sobre os fatos e circunstâncias da morte); e 2) reorganização da família e seguimento da vida, conforme pode ser visualizado no quadro 7, em seguida.

TAREFAS	BREVE DESCRIÇÃO
1. Aceitação partilhada da morte e experiência partilhada da perda	Todos os membros da família, cada um à sua maneira, têm que confrontar-se com a realidade da morte. É importante haver um contato direto com a realidade da morte, particularmente, a inclusão de membros familiares vulneráveis. As tentativas bem intencionadas de proteger os familiares mais vulneráveis do potencial transtorno da exposição à morte isolam-nos da experiência partilhada e arriscam-se a impedir o seu processo de sofrimento pela perda. Verificou-se que, os rituais funerários e as visitas servem para a função vital de providenciar um confronto direto com a realidade da morte e a oportunidade para prestar as últimas considerações, para partilhar o sofrimento e para receber apoio na rede de suporte da comunidade dos sobreviventes. Partilhar a experiência da perda, de qualquer maneira que seja possível à família, é crucial para a adaptação bem sucedida. A comunicação familiar é vital durante o percurso de adaptação à perda. Para, além disso, um ambiente de confiança, respostas empáticas e tolerância a diversas reações são essenciais. A tolerância é, assim, necessária não só para diferentes respostas dentro da mesma família, como também para a probabilidade dos familiares terem diferentes estilos de <i>coping</i> (estratégias de confronto), estarem em diferentes fases uns dos outros e poderem ter experiências únicas no significado da relação perdida. Os sentimentos intoleráveis ou inaceitáveis podem ser delegados e expressos de uma forma fragmentada pelos vários familiares. Por exemplo, um pode transportar toda a zanga pela família, enquanto o outro está em contato apenas com a tristeza, um demonstra alívio e outro está entorpecido. Nestes casos, torna-se necessário construir resiliência na família, através da reparação da fragmentação e da promoção de uma rede mais coesa para o apoio e cura mútuos.
2. Reorganização da família e seguimento da vida	A morte de um familiar pode “despedaçar” o equilíbrio familiar e os padrões de interação estabelecidos. O processo de recuperação envolve um realinhamento das relações e uma redistribuição dos papéis necessários para compensar a perda, amortecer os estresses transacionais e seguir com a vida familiar para frente. As crianças podem ser mais prejudicadas pela incapacidade da família em proporcionar estrutura, estabilidade e cuidados de proteção do que pela perda em si. Desta forma, promover a coesão e uma reorganização flexível no sistema familiar é essencial para a reestabilidade e resiliência. Para tal, é necessário tomar em conta uma série de variáveis que influenciam a adaptação da família à perda, entre as quais se sobressaem: a situação da perda (morte repentina ou



	morte por doença prolongada, perda ambígua, morte violenta, suicídio); rede familiar e social (coesão familiar e diferenciação dos familiares, flexibilidade do sistema familiar, comunicação aberta <i>versus</i> secretismo, disponibilidade de recursos da família alargada, sociais e econômicos, papel e funcionamentos anteriores no sistema familiar, relações conflituosas ou afastamentos na altura da morte); contexto sociocultural da morte (crenças étnicas, religiosas e filosóficas); contexto sociopolítico e histórico da perda; a altura da perda no ciclo de vida da família (extemporaneidade da perda, co-ocorrência de outras perdas, estresses ou mudanças do ciclo de vida, história de perdas traumáticas e luto não resolvido).
--	---

**Quadro 7 - Tarefas principais que promovem a adaptação imediata e a longo prazo da família.**

Fonte: Elaboração própria adaptado de Walsh e Mcgoldrick, apud Melo (2004, p.17-18).

Tomando-se como base as duas tarefas principais, demonstradas no quadro 7, Melo (2004) destaca que, é importante referir e reconhecer, que nem todos os membros de uma família realizarão as mesmas tarefas adaptativas ao mesmo tempo, e da mesma forma. Essas duas tarefas adaptativas são muito importantes para que se evite que as famílias fiquem vulneráveis à disfunção.

De acordo com Ramos (2016, p.11), investigações recentes têm revelado que “algumas famílias, após a perda de um ente querido, continuarem a viver, enquanto outras ficam tão perturbadas, que a morte afeta o desenvolvimento de todos os seus membros e até transferido para gerações futuras”. Worden (1998) destaca que, um luto transferido relacionado com a família de origem, transferido para as gerações vindouras, pode contribuir para impedir a experiência da perda emocional e da individuação no seio da família.

Conforme Ramos (2016, p.12), as famílias que experienciaram muitas mortes prematuras e traumáticas “podem desenvolver tanto um sentimento de incapacidade para superar estas experiências como se podem ver a si mesmas apenas como sobreviventes e nunca como derrotados”. Walsh e McGoldrick (apud Ramos, 2016, p.12), afirmam que, “quando as famílias não conseguem dominar os desafios colocados pela morte, os efeitos podem ser prejudiciais, em termos de bem-estar pessoal e da capacidade de experimentar plenamente a vida e o amor”. Adentrando no papel da psicologia no processo de luto, na visão de Ramos (2016), a psicologia é fundamental na medida em que ajuda as famílias enlutadas a lidarem ou encararem a perda de forma adaptativa e ajustada, propiciando uma reestruturação familiar, alicerçada na reorganização das crenças, acerca de si mesmo, da família e do mundo, objetivando dessa forma, que os membros das famílias, consigam estabelecer um novo equilíbrio que lhes permita,

aprender a viver com a perda. No que se refere às intervenções da psicologia, Worden (1998) apresenta a distinção entre o aconselhamento e a terapia. O aconselhamento está mais relacionado às funções de suporte e prevenção. Já a terapia relaciona-se diretamente com o luto disfuncional ou patológico.

*Assim, o objetivo do aconselhamento é ajudar as pessoas a lidar com o luto normal de uma forma adaptativa, completando as tarefas de luto, num espaço de tempo razoável. Por outro lado, o objetivo da terapia é identificar e resolver os conflitos de separação que precedem o completar das tarefas de luto, manifestados nos sujeitos que vivenciam um luto ausente, retardado, excessivo e prolongado (RAMOS, 2016, p.13).*

Segundo Ramos (2016, p.13), em geral, a intervenção psicológica no luto está assentada em determinadas linhas orientadoras. A primeira, “e provavelmente a mais importante para o desenrolar do processo, é o estabelecimento de uma relação segura com o enlutado”, favorecendo dessa forma, “a abertura da experiência de luto e, mais especificamente, a partilha de sentimentos”. Em seguida, pretende-se “explorar as circunstâncias da perda e o impacto que esta teve no sujeito, bem como o tipo de relação estabelecida com o morto”.

De acordo com Walsh e McGoldrick (apud Ramos, 2016, p.14), a finalidade primária da intervenção em torno da morte “é fortalecer as famílias para que façam o luto e sigam em frente”. O desenvolvimento dessa intervenção passa pelo “reconhecimento comum da realidade da morte, para normalizar a perda e diminuir a sensação de mistificação, os membros da família são estimulados a aprender a respeito da morte e a encarar a sua reação”.

Worden (1998) elenca dez objetivos que o terapeuta deverá levar em consideração, quando for delinear uma intervenção, na modalidade de aconselhamento psicológico na esfera do luto/perda, conforme pode ser visualizado no quadro 8, apresentado em seguida.

<b>OBJETIVOS</b>	<b>BREVE DESCRIÇÃO</b>
Primeiro	Ajudar o enlutado a atualizar a perda, fazendo-o entender que a morte efetivamente ocorreu e que tem que aprender a lidar com os seus sentimentos, ainda que estes o façam sofrer. A estratégia utilizada poderá ser o colocar de algumas questões relacionadas com as circunstâncias da perda, como: “Onde ocorreu a morte?”; “Como aconteceu?”; “Quem comunicou o acontecimento ao enlutado?”; “Como foi o funeral?”, dentre outras que se consideram relevantes. Por se tornarem desagradáveis alguns sentimentos podem não ser reconhecidos pelo sobrevivente, como é o caso da raiva, culpa, ansiedade e desamparo.

Segundo	Ajudar o sobrevivente a identificar e expressar sentimentos relativos à perda.
Terceiro	Consiste em tentar promover a capacidade do enlutado para se acomodar à perda e continuar a viver a sua vida, de uma forma adaptativa.
Quarto	Pretende-se facilitar o afastamento emocional, encorajando o sobrevivente a estabelecer novas relações.
Quinto	Dar espaço ao sobrevivente para fazer o luto, uma vez que este processo exige o ultrapassar de várias tarefas de uma forma gradual.
Sexto	Consiste na compreensão e interpretação dos comportamentos, que poderão indicar ou não, se, se trata de um luto normal.
Sétimo	Levar em consideração as diferenças individuais de cada sujeito, uma vez que, existe uma grande variedade de respostas à perda, não sendo o processo de luto ultrapassado da mesma forma por todas as pessoas.
Oitavo	Consiste em proporcionar um apoio contínuo, nomeadamente, em períodos mais críticos, pelo menos durante o primeiro ano após a perda.
Nono	Consiste em examinar as defesas do enlutado e os estilos de <i>coping</i> que o sujeito possui para lidar com a situação problemática.
Décimo	Se ainda se verificarem no enlutado comportamentos e sentimentos disfuncionais, o terapeuta deverá ter consciência das suas limitações e encaminhar o sujeito para outro tipo de intervenção.

**Quadro 8 - Dez objetivos da intervenção na modalidade de aconselhamento psicológico.**

Fonte: Elaboração própria adaptado de Worden, apud Ramos (2016, p.13).

Ramos (2016, p.14) ainda esclarece que, a partilha ajuda as famílias a integrarem “a experiência da perda, promovendo o seu sentido de continuidade e conexão familiar, cultural e humana, pela reorganização do sistema familiar, quando o sistema não foi capaz de contemplar as tarefas adaptativas de reorganização”, sem a pessoa perdida. A terapia pode ajudar os membros de uma família enlutada, “a realizarem esta tarefa complexa e, muitas vezes, dolorosa”, pois isto pode acarretar “uma mudança nos papéis e funções desempenhadas pelos diferentes membros, e pelo reinvestimento em outros relacionamentos e projetos de vida”, haja vista que, “a experiência da morte pode liberar energias criativas e os terapeutas devem estimular esse desenvolvimento”.

De todos os aspectos vistos até agora, pôde-se observar que as perdas e a sua elaboração fazem parte do cotidiano do ser humano, já que são vividas em todos os momentos do desenvolvimento humano. Ao longo do artigo buscou-se também demonstrar de que forma os adultos vivenciam a perda, evidenciando ainda a importância do papel do psicólogo na intervenção terapêutica e na reorganização do contexto familiar, em situações de luto por morte e/ou perdas. Para finalizar, destaca-se que a intervenção da psicologia pode ajudar os membros de uma família enlutada, na redefinição dos seus

compromissos e prioridades de vida, e no redirecionamento dos seus relacionamentos e atividades.

## **CONCLUSÃO**

Respondendo ao problema que deu origem à pesquisa acerca das motivações que justificam a necessidade de reestruturação das famílias que passam pelo processo de luto por morte e/ou perdas, de fato, confirmou-se a hipótese da pesquisa, que parte da premissa básica de que, sem a intervenção de equipe psicossocial, os problemas da família enlutada podem ser bem mais duradouros e prejudiciais.

A literatura revela que, a morte de um ente querido, ou uma perda por separação, por exemplo, e que desencadeia o processo de luto, são momentos de reflexões acerca da própria finitude, o que pode permitir novos modos de enfrentar o próprio existir, e também para articular novas formas de sentido do outro, e de si mesmo, no horizonte existencial das pessoas e das famílias enlutadas.

O processo de perdas, e de seu respectivo luto, pode ser vivenciado de forma particular, de indivíduo para indivíduo, e de família para família, variando conforme a vinculação existente, intensidade dos sentimentos, bem como a contextualização da perda. A duração do luto, tanto pode ser breve, como prolongada, podendo ocorrer em um período de tempo definido, ou indefinido, e a sua intensidade variar ao longo do tempo, de pessoa para pessoa, de família para família, e de cultura para cultura, afinal, as reações às perdas, dependem muito dos limites impostos pela cultura, e pela sociedade nas quais as pessoas e famílias estão inseridas.

Em geral, o luto, seja ele em decorrência da morte ou de uma separação, leva tempo, sendo vivenciado de acordo com os significados que lhes são atribuídos. Por exemplo, o primeiro estágio referente ao choque, pode durar horas ou dias, apresentando sentimentos de raiva, desespero, irritabilidade, amargura, e até isolamento. Tais sentimentos podem se manifestar por meio de intensas atitudes emocionais. No entanto, o reconhecimento e a aceitação destes mesmos sentimentos, faz com que a perda se reafirme, permitindo que seja vivenciada e superada, de uma maneira mais ajustada e salutar.

Na realidade, ao admitir a morte ou separação, a pessoa pode diminuir a dor e o sofrimento, atenuando a tristeza, e reconhecendo um sentido grandioso na vida, entregando-se ao mais sublime desafio,

que é buscar viver e morrer de forma digna, saudando a vida e a certeza da morte, tendo, dessa forma, uma concepção mais abrangente da razão de “ser” e de “estar” do ser humano.

A perda de alguém importante, seja por morte ou separação, influencia na dinâmica familiar, haja vista que, o contexto familiar é modificado, demandando de seus membros, a reorganização e a redefinição de papéis, e que deve ser pautado em um funcionamento familiar saudável, onde a coesão entre os membros, bem como uma expressão de sentimentos prevaleçam, contribuindo dessa forma, para um processo de ajustamento adaptativo às situações de perdas.

Nesse contexto, a psicologia pode contribuir muito para as reflexões e debates sobre temas fundamentais da existência humana como morte, perdas e luto, através da educação dos sentimentos das pessoas e das famílias em relação ao tema, com disponibilidade para ouvir as experiências das famílias. Cursos, palestras e atividades, são estratégias que favorecem as reflexões sobre as atitudes frente à morte e ao luto, levando à diminuição do temor da morte e das separações. Em meios acadêmicos, os alunos de Psicologia, e áreas correlatas como de saúde e de serviço social, devem também ser preparados para enfrentar situações vinculadas à morte e às perdas, afinal, uma sociedade que não respeita devidamente a morte e o luto, está marginalizando o próprio ser humano.

Enfim, deve-se recuperar o sentido humano da morte e do luto, reintegrando-os na sociedade, por meio de caminhos da compreensão, da solidariedade, do respeito, da intimidade e da redenção, que conduzam a um ponto, onde existe a possibilidade de rever e partilhar as percepções sobre a morte e sobre o luto. Tem-se a expectativa que este artigo contribua para a construção de conhecimentos acerca da o luto da pessoa adulta por morte e/ou perdas, a partir de reflexões da Psicologia, servindo ainda aos interesses e demandas da sociedade. Esses estudos deveriam ser mais explorados e representam um campo fértil para futuras pesquisas na área de Psicologia e áreas correlatas como as de serviço social e de saúde, privilegiando uma revisão de literatura mais abrangente.

## REFERÊNCIAS

1. ARIÈS, Philippe. **O Homem diante da morte**. Volume I. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.
2. ARIÈS, Philippe. **O Homem diante da morte**. Volume II. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.
3. BRITO, Leila Maria Torraca de. Família Pós-Divórcio: A Visão dos Filhos. In: **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 27, n.1, p.32-45, 2007.
4. CAMPOS, Érico Bruno Viana. **Considerações sobre a morte e o luto na psicanálise**. In: Revista de Psicologia da UNESP, v. 12, n.1, 2013.
5. CAMPOS, Rejane Rodrigues de. **Luto: Perdas e Rompimento de Vínculos**. Formação de Psicanalista Clínico e Teoria Psicanalítica (FPCT). Associação Psicanalítica do Vale do Paraíba. São José dos Campos, 2016.
6. CARUSO, Igor. **A separação dos amantes**. 4. ed. São Paulo: Diadorim Cortez, 1986.
7. DSM-5. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
8. FRANCO, Maria Helena Pereira. **Luto em cuidados paliativos**. In: 4Estações. 2018.
9. FREITAS, Joanneliese de Lucas. **Luto e fenomenologia: uma proposta compreensiva**. In: Rev. abordagem Gestalt. Goiânia, v. 19, n. 1, p. 97-105, 2013.
10. KOVÁCS, Maria Júlia. Morte, separação, perdas e o processo de luto. In: Kovács, M. J. (Org.). **Morte e desenvolvimento humano**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.
11. KOVÁCS, Maria Júlia. **Curso Psicologia da Morte. Educação para a morte em ação**. In: Bol. Acad. Paulista de Psicologia, v. 36, n. 91, p. 400-417, 2016.
12. KÜBLER-ROSS, Elisabeth. **Sobre a morte e o morrer**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
13. MELO, Rita. **Processo de Luto: o inevitável percurso face à inevitabilidade da morte**. In: Integra PT, 2004.
14. MONTEIRO, Mayla Cosmo; MAGALHÃES, Andrea Seixas; MACHADO, Rebeca Nonato. **A Morte em cena na UTI: a família diante da terminalidade**. In: Temas psicol., v. 25, n. 3, p. 1285-1299, 2017.
15. MORIN, Edgar. **O homem e a morte**. 2.ed. Portugal: Publicações Europa-América, 1988.
16. MORIN, Edgar. **Política de civilização e problema mundial**. Conferência apresentada na cidade do Porto em 1996. In: Revista Famecos. Porto Alegre, n.5, p.7-13, 1996.
17. PAPALIA, Diane E; OLDS, Sally Wendkos. **Desenvolvimento Humano**. 7. ed. São Paulo: Arte médica, 2000.
18. PARKES, Colin Murray. **Luto: estudo sobre a perda na vida adulta**. 3. ed. São Paulo: Summus, 1998.
19. PASSONI, Lucas Marques; SERAFIM, Vanda. **As Concepções de Morte em Edgar Morin (1948-1950)**. In: XV Encontro Regional de História. 100 anos da Guerra do Contestado. Curitiba/PA, de 26 a 29 de julho de 2016.

20. PAYÁ, Roberta; FIGLIE, Neliana Buzi. Abordagem familiar em dependência química. In: FIGLIE, Neliana Buzi; BORDIN, Selma; LARANJEIRA, Ronaldo. **Aconselhamento em Dependência química**. 3.ed. São Paulo: Gen Roca, 2015.
21. PEREIRA, Inês Catarina Oliveira. **Avaliação do processo de luto: na perspectiva do cuidador enlutado**. Mestrado em Cuidados Paliativos. Universidade de Lisboa. Faculdade de Medicina de Lisboa, 2014.
22. POLIDO, Karina Kunieda. **Quando se vai também uma parte de si**. In: FRANCO, Maria Helena Pereira; POLIDO, Karina Kunieda. Atendimento psicoterapêutico no luto. 1. ed. São Paulo: Zagodini, 2014.
23. POLIDO, Karina Kunieda; FRANCO, Maria Helena Pereira. **Luto pela Separação em vida: O Divórcio**. In: FRANCO, Maria Helena Pereira; POLIDO, Karina Kunieda. Atendimento psicoterapêutico no luto. 1. ed. São Paulo: Zagodini, 2014.
24. RAMOS, Vera Alexandra Barbosa. **O processo de luto**. In: Psicologia PT. 2016.
25. SEREN, Renata, TILIO, Rafael. **As vivências do luto e seus estágios em pessoas amputadas**. In: Revista da Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo (SPAGESP), v.15, n.1, p.64-67, 2014.
26. TADA, Iracema Neno Cecílio; KOVÁCS, Maria Julia. **Conversando sobre a morte e o morrer na área da deficiência**. In: Psicologia ciência e profissão. Ano 27. Brasília: Conselho Federal de Psicologia (CFP), v.1, n.1, 2007.
27. VILAR, Márcio. **Luto e Morte: uma pequena revisão bibliográfica**. João Pessoa. N.1, abril de 2000.
28. WORDEN, J. William. **Terapia do luto**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.



**Lucinda Ribeiro Costa**

Graduação em Serviço Social pela Universidade Nilton Lins - UNINILTON LINS (2008). Graduação em Psicologia pela Escola Superior Batista do Amazonas - ESBAM (2018). Especialização em Dependência Química pela Universidade Cruzeiro do Sul - UNICSUL (2010). Especialização em Gestão e Planejamento de Políticas Públicas e SUS pelo Centro Universitário do Norte – UNINORTE (2009). Especialização em Gerontologia Social pela Universidade Nilton Lins - UNINILTON (2008). Mestrado em Terapia Familiar pela Faculdade do Norte do Paraná - FACNORTE (2018). Assistente Social na Diretoria de Promoção Social da Polícia Militar do Estado do Amazonas (PMAM).  
E-mail: lucindaribeirocosta@gmail.com